

LICENÇA PARCIAL PARA CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA

Requerimento

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Bragança

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE (preencher com letra maiúscula)

Nome/Designação _____

Domicílio/Sede _____

Código Postal _____ - _____ - _____ NIF / NIPC _____

Telefone / Telemóvel _____ E-mail _____

Na qualidade de: Proprietário Usufrutuário Locatário Superficiário Mandatário

Outro: (indique qual) _____

Autorizo o envio de notificações, no decorrer deste processo, para o endereço eletrónico indicado.

ANTECEDENTES PROCESSUAIS

Processo n.º _____ / _____

OBJETO DO PEDIDO

REQUER, ao abrigo do n.º 6 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a aprovação de uma **licença parcial para a construção da estrutura**, considerando que foram entregues todos os projetos de engenharia das especialidades e outros estudos, encontrando-se aprovado o correspondente projeto de arquitetura.

Anexa para o efeito os elementos instrutórios assinalados na folha anexa.

OBSERVAÇÕES (espaço destinado ao requerente para expor o que considerar importante)

Tomada de conhecimento (aviso de privacidade)

Os dados pessoais recolhidos e facultados para tratamento do Município são os exclusivamente necessários, para a tramitação interna do processo. Respeitam o previsto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril e/ou ao previsto em legislação específica aplicável ao pedido formulado.

O tratamento de dados a cargo do Município de Bragança será efetuado em conformidade com a legislação em matéria de proteção de dados que se encontre em vigor.

O requerente (titular dos dados) é informado do seguinte:

O Responsável pelo tratamento é o Município de Bragança, sito no Forte S. João de Deus 5300-263 Bragança.

O Encarregado de proteção de Dados encontra-se no Forte S. João de Deus 5300-263 Bragança e pode ser contactado pelo correio eletrónico dpo@cm-braganca.pt.

A finalidade do tratamento de dados é a gestão de processos urbanísticos, levados a cabo pelo Município de Bragança.

O fundamento legal para o tratamento dos dados é o cumprimento de obrigação legal.

Os destinatários dos dados recolhidos serão os serviços municipais com competência para a análise e intervenção no objeto do pedido, de acordo com a orgânica municipal em vigor. Os dados apenas serão transmitidos a outras entidades para cumprimento de obrigações legais às quais a Autarquia de Bragança se encontre obrigada.

A Conservação dos dados segue o aplicável ao tipo de dados e documentos em tratamento, nomeadamente o previsto na Portaria nº 412/2001 de 17 de abril - Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais ou outra, sempre que exista regulamentação específica.

Ao titular dos dados são garantidos o direito de acesso, de retificação, de apagamento, de portabilidade, de informação aquando de violação da segurança dos dados e de limitação e oposição ao tratamento dos dados recolhidos. Ao Titular dos dados é ainda reservado o direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dado, enquanto Autoridade de Controlo.

A documentação apresentada quando considerada como documentos administrativos encontra-se sujeita ao cumprimento da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto que regula o regime de acesso à informação administrativa.

Outras informações respeitantes ao tratamento de dados constam na Política de Privacidade do Município disponível no website www.cm-braganca.pt, pode ainda ser solicitada através do correio eletrónico dpo@cm-braganca.pt.

Bragança, _____ de _____ de _____

Pede deferimento,

O(A) requerente ou representante legal,

Guia nº _____, de ____/____/____

O(A) funcionário(a) do Balcão de Atendimento,

ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS PARA LICENÇA PARCIAL PARA CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA		
<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	pdf	OBR.1 - Apólice de seguro de construção , quando legalmente exigível;
<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	pdf	OBR.2 - Apólice de seguro de que cubra a responsabilidade pela reparação de danos emergentes de acidentes de trabalho , nos termos previstos na Lei nº. 100/97, de 13 de Setembro
<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	pdf	OBR.3 - Termo de responsabilidade subscrito pelo director de obra
<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	pdf	OBR.4 – Documentação relativa ao director da obra <input type="checkbox"/> Declaração emitida por associação pública profissional comprovativa da respectiva qualificação; <input type="checkbox"/> Seguro de responsabilidade civil nos termos da Lei nº. 31/2009; quando aplicável; <input type="checkbox"/> Comprovativo da integração no quadro de pessoal da empresa responsável pela execução da obra , se for o caso, através de declaração de remunerações conforme entregue na segurança social, referente ao último mês; <input type="checkbox"/> Comprovativo da integração no quadro técnico da empresa responsável pela execução da obra , se for o caso, devidamente comunicado à entidade com competência para a concessão do alvará para o exercício da actividade de construção, através de declaração emitida por essa entidade em documento escrito ou em formato electrónico fidedigno; (consultar notas explicativas site InCI)
<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	pdf	OBR.5 - Termo de responsabilidade subscrito pelo director de fiscalização de obra
<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	pdf	OBR.6 - Documentação relativa ao director de fiscalização de obra <input type="checkbox"/> Declaração emitida por associação pública profissional comprovativa da respectiva qualificação; <input type="checkbox"/> Seguro de responsabilidade civil nos termos da Lei nº. 31/2009; quando aplicável;
<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	pdf	OBR.7 - Declaração de titularidade de alvará emitido pelo InCI, I.P. , com as habilitações adequadas à natureza e valor da obra ou título de registo emitido por aquela entidade , com subcategorias adequadas aos trabalhos a executar,
<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	pdf	OBR.8 - Livro de obra , com menção do termo de abertura;
<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	pdf	OBR.9 - Elementos de Gestão de Resíduos de Construção/Demolição , quando aplicável e de acordo com o Decreto-lei n.º 46/2008 de 12 de Março
PSS. - Plano de segurança e saúde:		
<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	pdf	PSS.1 - Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do plano
<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	pdf	PSS.2 - Declaração emitida por associação pública profissional comprovativa da qualificação para a elaboração do plano e quando aplicável seguro de responsabilidade civil nos termos da Lei nº. 31/2009;
<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	pdf	PSS.3 - Memória descritiva e justificativa
<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	dwf	PSS.4 - Peças desenhadas
<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	pdf	DIV. – Outros documentos não definidos
<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	pdf	DCG. - Declaração de conformidade digital do projecto de arquitectura;
<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	pdf	Caução para demolição da estrutura até ao piso da menor cota em caso de indeferimento (o documento da caução deve cumprir os requisitos constantes do modelo disponibilizado pelos serviços municipais)
O técnico		<input type="checkbox"/> Assinalar no quadrado a preto os elementos apresentados <input checked="" type="checkbox"/> O quadrado sombreado destina-se a uso exclusivo dos serviços Anexar ao pedido as folhas do formulário devidamente preenchidas Na 2ª coluna está indicado o formato digital do ficheiro do elemento a apresentar (pdf ou dwf e, no caso de conter assinatura digital, deverá ser dwf/x)